



EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade:		Processo:	
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025		PROCESSO ELETRÔNICO: 1618/2025	
Data de Abertura:		Horário de Abertura:	
29/08/2025		10:00 Horas (Horário de Brasília)	
Plataforma (site):			
https://www.licitanet.com.br			
Órgão Requisitante:			
Secretaria Municipal de Geral de Administração e Planejamento PISIEC – SEMG			
Objeto:			
Registro de Preços para Futura e Eventua I contratação de empresa especializada na prestação de serviço de agenciamento de passagens aérea e rodoviária, compreendendo os serviços de pesquisa, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea e rodoviária nacional, por período estimado de 12 (doze) meses, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços de Geral de Administração e Planejamento PISIEC – SEMG			
Valor Total Estimado para Contratação:		Lance Mínimo:	
Taxa de agenciamento passagens Aéreas	3,67%	0,01%	
Taxa de agenciamento passagens Rodovias	3,49%		
Registro de Preços?	Vistoria / Visita Técnica	Instrumento Contratual	Critério de Julgamento
Sim	Não	Ata de Registro de Preço	Peço por Item
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO			
Requisitos Básicos:		Requisitos Específicos	
Sicaf ou documentos equivalentes		Conforme Termo de Referência	
O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicado.			
Modo de Disputa	Licitação Exclusiva ME/EPP?	Reserva de Cota ME/EPP?	Exige Amostra/ Demonstração
Aberto	Não	Não	Não
DA NÃO UTILIZAÇÃO DE LOTES EXCLUSIVAS E COTAS RESERVADAS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 - (ART. 48, I E III), conforme estabelecido pela ordenadora de despesa no item 16. do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.			
Prazo de envio da Proposta Reajustada e Documentos de Habilitação:			
120 (Cento e vinte minutos) ou 02 (Duas) horas, após a convocação realizada pelo Agente Conductor.			
Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações:			
EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DA PLATAFORMA LICITANET, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, conforme Art. 164 da Lei nº 14.133/2021, demais condições junto ao Edital e demais anexos do edital.			
Observações Gerais			
Obs.: Solicitamos dos fornecedores a leitura de todo edital e anexos.			
Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.			





EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025/SML/PMCJ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1618/2025

LICITAÇÃO ABERTA COM AMPLA PARTICIPAÇÃO

1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Preâmbulo:

1.1.1 A Prefeitura do Município de Candeias do Jamari-RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 63.761.902/0001-60, com sede à **Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – RO – CEP: 76.860- 000**, através do Pregoeiro designado pelo Portaria nº 030/2025 de 12 de Fevereiro de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **028/2025** do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento será **POR TAXA DE AGENCIAMENTO**, tendo por finalidade **Registro de Preços para Futura e Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de agenciamento de passagens aérea e rodoviária, compreendendo os serviços de pesquisa, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea e rodoviária nacional, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Geral de Administração planejamento Orçamento PISIEC - SEMg por período estimado de 12 (doze) meses**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e demais normas aplicáveis, legislações complementares e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

1.1.2 O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na Lei n. 14.133/2021.

1.1.3 O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/> (**LICITANET**); e/ou <https://www.candeiasdojamari.ro.gov.br/> na aba de anexos da licitação no link: https://athus2.candeiasdojamari.ro.gov.br/transparencia/processo_compras/.

1.1.4 A sessão inaugural deste **PREGÃO ELETRÔNICO** dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

PLATAFORMA DE LICITAÇÕES “LICITANET”	
AGENTE DE CONTRATAÇÃO:	RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA
INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	14/08/2025 às 10h00min. (Horário Brasília).
LIMITE P/ CADASTRO DE PROPOSTAS:	29/08/2025 às 09h59min. (Horário Brasília).
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:	29/08/2025 às 10h00min. (Horário Brasília).

1.1.5 Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do pregoeiro aos licitantes;

1.1.6 Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

1.2 Da Formalização e Autorização:

1.2.1 Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Adminis-**

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





trativo N° 1618/2025, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.2.2 Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

2 – DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

2.1. OBJETO: **Registro de Preços para Futura e Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de agenciamento de passagens aérea e rodoviária, compreendendo os serviços de pesquisa, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea e rodoviária nacional, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Geral de Administração Planejamento orçamento PISIEC- SEMG por período estimado de 12 (doze) meses**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL (BILHETES)	VALOR TOTAL (TAXA)
1	Passagens Aéreas, incluindo os serviços de: reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais. Por período de 12 meses, Ida e Volta.	% menor porcentagem de agenciamento sobre o valor total da passagem	193	3,67%
2	Passagens Rodoviárias, incluindo os serviços de: reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens nacionais. Por período de 12 meses, Ida e Volta.	% menor porcentagem de agenciamento sobre o valor total da passagem	279	3,49%

2.1.1 A licitação será julgada por item, conforme tabela constante do Termo de Referência (ANEXO I deste Edital). Facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema <https://www.licitanet.com.br/>, e as especificações constantes no **Termo de Referência** e neste Edital, prevalecerão às últimas;

2.3 Das Especificações e das Estimativas de Preços:

2.3.1 Informamos que os itens juntamente com seus valores Unitários e Totais, se encontram junto ao **Estudo Técnico Preliminar – ETP** e **Termo de Referência – TR**, anexo I deste Edital.

2.3.2 A Proposta deverá ser cadastrada por item, conforme **Termo de Referência**.

2.3.3 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema **LICITANET**, e as especificações constantes no **Termo de Referência** e neste **Edital**, prevalecerão às últimas;

Avenida Tancredo Neves – N° 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





2.4 Do Prazo/ Local e Condições de Entrega/ Recebimento:

2.4.1 E demais obrigações ficam aqueles estabelecidos no anexo I deste Edital – **Termo de Referência**, o qual foi devidamente aprovado pela ordenadora de despesa do órgão requerente;

a) Local/Horário de Entrega – Conforme estabelecido no **Termo de Referência** – Anexo deste Edital.

b) Prazo de Entrega do Objeto – Prazo de entrega, conforme **Termo de Referência** – Anexo I deste Edital.

c) Da Garantia, Manutenção e Assistência Técnica – Conforme estabelecidos no **Termo de Referência** – Anexo I deste Edital.

2.5 Da Secretaria Participante deste Registro de Preços;

2.5.1 Secretaria Municipal de Geral de Administração Planejamento orçamento PISIEC-SEMG

2.6 Do Recursos Orçamentários (Elemento de Despesa):

2.6.1 Conforme **Termo de Referência**, anexo I deste Edital.

2.7 Do Pagamento:

2.7.1 Conforme **Termo de Referência e Minuta do Contrato**, anexo I deste Edital.

2.8 Do Reajuste:

2.8.1 O reajuste poderá ser realizado a partir da solicitação da empresa contratada e após análise dessa administração.

2.8.2 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

2.8.3 O reajuste contratual com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

2.8.4 O reajuste será realizado por apostilamento.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.2.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21):

3.3.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





3.3.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.3.9 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.3.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.3.12 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

3.4 O impedimento de que trata o **item 3.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.3.2 e 3.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7 O disposto nos **itens 3.3.2 e 3.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.9 A vedação de que trata o **item 3.3.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.10 Em tempo, será analisado também:

3.10.1 Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com a Prefeitura de Candeias do Jamari/RO, nos termos do Art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 e do Art. 7º da Lei

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





- n. 10.520/2002; (**até que se encerre os prazos das sanções**);
3.10.2 Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993; (**até que se encerrem os prazos das sanções**);
3.10.3 Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021.

4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2 O licitante interessado **poderá, se assim entender**, enviar os documentos de habilitação exigidos no edital concomitantemente com a proposta.
- 4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.3.3 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 4.3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 4.3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 4.3.7 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.3.8 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
- 4.3.9 A falsidade da declaração de que trata os **itens 3.4 ou 3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital;
- 4.3.10 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;
- 4.3.11 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;





4.3.12 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;

4.3.13 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.3.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.3.15 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.3.13** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno;

4.3.16 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

4.3.17 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor unitário e total;
- b) Marca/Modelo nos casos das peças;
- c) Fabricante;
- d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do **Termo de Referência**; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso**.

d-1) Para melhor análise da Proposta, a mesma deverá estar acompanhada de folders/prospecto/ catálogo que contenham as especificações dos objetos ofertados.

d-2) A não solicitação da Comissão de Análise Técnica não exime a CONTRATADA da obrigação de apresentação do selo, certificado, registro ou laudo, de controle de qualidade de fabricação respectivo;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob ale-





gação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 Da Abertura da Sessão:

6.1.1 A abertura da presente licitação conduzida pelo pregoeiro, dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1.2 Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimado, observada a mesma publicidade do certame inicial.

6.1.3 Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.1.4 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

6.2 Da Classificação das Propostas:

6.2.1 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.2.2 As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do pregoeiro. Conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3 Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.





6.3 Da Formalização de Lances:

6.3.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.3.2 As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital;

6.3.3 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **0,01% (zero, zero um por cento)**;

6.3.4 O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable;

6.3.5 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

6.3.6 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública;

6.3.7 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

6.3.8 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.3.9 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

a) Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.3.10 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;

6.3.11 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;

6.3.12 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;

6.3.13 Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexecutable.

a) A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

6.3.14 Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

6.3.15 No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.licitanet.com.br/>;

6.3.16 O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;





6.4 Do Benefício às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte:

6.4.1 A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação;

6.4.2 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até **5% (cinco por cento)** superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

I – A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de **5 (cinco) minutos**, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;

II – Não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 (cinco) minutos**, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

6.4.3 Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

6.5 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

6.5.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.5.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

6.5.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.5.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

6.5.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) Empresas brasileiras;

c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.6 Nos casos em que o **sistema LICITANET** não indicar o vencedor, a escolha do vencedor será feita através de sorteio, em sessão pública, com a convocação dos interessados.

7 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candéias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





7.2 O pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.

7.3 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.4 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.6 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8 – DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA:

8.1 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Observar o modelo do anexo II – Formulário de Apresentação da Proposta.

8.1.1 O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do **Pregoeiro**, ambas as opções devidamente justificadas;

8.1.2 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no **item 8.1**, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

8.2 A proposta enviada via sistema, após convocação do **Pregoeiro**, deverá obedecer às condições previstas no **item 5** e subitens deste Edital.

8.2.1 O envio da proposta de preços ajustada, e seus anexos (QUANDO SOLICITADO), deverá ser anexada corretamente no sistema licitanet, sendo esta compactada arquivo único (EXCEL, WORD, ZIP, DOC, DOCX, JPG OU PDF), tendo em vista que há apenas um campo de inserção.

8.3 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo **Pregoeiro**, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o **Pregoeiro** examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.5 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.





8.6 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.7 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com **VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS** com no máximo **02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o **Pregoeiro**, poderá convocar no **CHAT MENSAGEM** para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os **PARA MENOS**.

8.8 Das Correções Admissíveis;

8.1.1 Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

- a) Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;
- b) Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos porpreços unitários, o(a) Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preçosunitários e alterando em consequência o valor da proposta.

8.9 A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico;

9 – DO JULGAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 3.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

9.1.2 **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

9.1.3 **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

9.1.4 **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);

- a) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “9.1.2” e “9.1.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário:

- a) Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por





parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#));

b) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#));

c) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#));

d) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;

e) Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.3 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 3.3.1 e 4.3.6** deste edital.

9.4 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.5 Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:

9.5.1 Contiver vícios insanáveis;

9.5.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no **Termo de Referência**;

9.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.5.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.6 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.6.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.7 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.7.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

9.7.2 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;

9.7.3 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.





9.9 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.15 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo **Pregoeiro**, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.16 Ressalvado os documentos atualizados no SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**.

10.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

10.3 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imedia-





tamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.3.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

10.4 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **120 (cento e Vinte) Minutos**, podendo ser prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro;

10.4.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.5 A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.5.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do **Termo de Referência** somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

10.5.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.7 Será verificado se o licitante apresentou **DECLARAÇÃO** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#) o [artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), obriga a apresentação dessa declaração).

10.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.9 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CPF/CNH/outro) ou sócio administrador.

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**;

c) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

e) **Microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de **Microempreendedor Individual - CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

f) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Co-





mercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
g) **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

h) **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

i) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

j) **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

k) **Empresas organizadas em CONSÓRCIO**: compromisso de Constituição de Consórcio e documentos contratuais de cada empresa integrante.

l) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame;

10.10 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014);

b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

d) Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

e) Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

10.11 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

b.1) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superiores a 1 (um);

b.1.1.) Para comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices supramencionados, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ----- igual ou superior a 1
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = ----- igual ou superior a 1
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = ----- igual ou superior a 1
Passivo Circulante

b.2.) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b.2.1.) A exigência de que a empresa apresente um balanço patrimonial correspondente a 10% do valor do contrato é uma medida essencial para garantir a solidez financeira da contratada, mitigar riscos, assegurar capacidade de investimento, proporcionar segurança ao contratante, cumprir normas legais, garantir a sustentabilidade do projeto e estabelecer um critério objetivo de seleção. Esta medida visa proteger os interesses do contratante e assegurar a execução eficiente e eficaz do contrato.

b.2.2.) A exigência de que a empresa apresente um balanço patrimonial correspondente a 10% do valor do contrato visa garantir sua solidez financeira, mitigando riscos e assegurando que ela tenha capacidade de investimento e recursos para executar o projeto com eficiência. Essa prática protege os interesses do contratante, garante o cumprimento das normas legais e estabelece um critério objetivo de seleção. Dessa forma, ela contribui para a sustentabilidade e segurança do projeto, reduzindo as chances de inadimplemento e promovendo transparência e responsabilidade nas contratações públicas.

b.3.) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.4.) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.5.) O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

OBS: As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

10.12 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.12.1 As exigências se darão na forma do Art. 67 da Lei N.º 14.133/21, e deverão ser apresentados atestados da seguinte forma:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, provenientes de pessoa jurídica, seja de direito público ou privado, deve(m) apresentar compatibilidade em características técnicas equiparáveis ao fornecimento ou prestação de serviços. Esta congruência deve ser avaliada com base nos elementos que compõem a solução referente ao objeto licitatório em questão, estabelecendo uma correspondência clara entre as especificidades do atestado e os requisitos demandados pela licitação.





1 – A apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica constitui requisito essencial para comprovação da aptidão do licitante. A avaliação da capacidade técnica deve focar na compatibilidade das características técnicas do atestado com os requisitos específicos demandados pela licitação (Item), assegurando uma correspondência precisa entre a expertise do licitante e as necessidades do objeto em questão.

2 – Caso os atestados não venham com as informações acima mencionadas, o fornecedor deverá anexar notas fiscais eletrônicas referente ao fornecimento/serviço prestado para fins de diligência e apreciação pelo **Pregoeiro**.

3 – Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

4 – Os Atestados poderão ser diligenciados pelo **Pregoeiro** caso tenham alguma dúvida ou relevância que não seja possível a sua identificação, como a sua cópia reprográfica não seja visível.

5 – Não serão aceitos atestados apresentados com assinaturas de Pregoeiros e/ou presidentes ou membros de comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestarem recebimentos de mercadorias ou prestação de serviços.

6 – Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas físicas ou sem identificação da pessoa jurídica e seu responsável que o assinou, salvo, se por motivo de diligência, possa ser comprovado a sua veracidade.

10.12.2 A documentação referente a **HABILITAÇÃO JURÍDICA/ FISCAL-TRABALHISTA/ ECONÔMICA/ TÉCNICA** acima citado nos Itens 10.9, 10.10, 10.11 e 10.12, deverá ser inserida no sistema, quanto solicitado juntamente com os demais Documentos de Habilitação, o não envio, e a ausência ou falta de qualquer documentação acima citado acarretará sob pena de inabilitação.

10.12.3 Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar:

- a) Em nome da licitante com o n° do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue;
- b) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e;
- c) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

10.12.4 No caso das alíneas anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa. Caso a licitante pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também que este atende a todas as exigências habilitatórias.

10.13 OUTROS DOCUMENTOS

10.13.1 Das Declarações que deverão ser marcadas no Sistema de licitações, em campo próprio e em caso de sua ausência, deverão ser apresentadas em papel timbrado a seguir:

- a) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, inciso IV).
- b) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- c) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- e) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) em situação irregular perante o Ministério do Trabalho e Emprego;





- f) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) que seja(m) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de agente público responsável pela licitação ou de autoridade superior;
- g) Declaração de que não está impedido de licitar e contratar com a Administração Pública;
- h) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Art. 63, inciso I);
- i) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, inciso IV). Esclarece-se que, se o sistema de licitações já possuir as declarações mencionadas anteriormente, o licitante não precisará fornecê-las novamente.
- j) Declaração de autenticidade, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital;
- l) Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme modelo constante no **Anexo IV** deste Edital.

10.13.2 A falta das declarações exigidas nos subitens acima, não motiva a inabilitação da empresa, contudo, não exime a empresa vencedora quanto à obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece a legislação aplicável a matéria, podendo o agente condutor solicitar, de forma complementar, o envio das referidas declarações.

10.13.3 A documentação de habilitação anexada no **sistema LICITANET** terá efeito para todos os itens, os quais a empresa encontra-se participando.

10.13.4. A documentação solicitada, deverá ser anexada corretamente no **sistema LICITANET**, sendo a mesma compactada em 01 (um) único arquivo (EXCEL, WORD, ZIP, DOC, DOCX, JPG ou PDF), tendo em vista que o campo de inserção é único.

10.13.5 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.14 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 10.4.1**.

10.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.17 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

10.18 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.





11 – DOS RECURSOS

11.1 Após a fase de **HABILITAÇÃO**, declarada a empresa **VENCEDORA** do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas **RAZÕES**, sua intenção de recorrer.

11.2 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3 O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data lavratura da ata e/ou encerramento da sessão.

11.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.4.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.4.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4.3 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.5 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 O prazo para apresentação das **CONTRARRAZÕES** ao recurso será de 3 (três) dias úteis. Ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrazões**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.8 A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (**campo próprio do sistema**), devendo o licitante observar as datas registradas.

11.8.1 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9 A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua **DECISÃO** no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, junto ao **Portal Transparência** desta **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO**, endereço constante neste Edital.

11.12 Da Reabertura da Sessão Pública;

11.12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria ses-

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





são pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

a) A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“**DISPARADO AVISO**”), o qual chega junto ao e-mail dos licitantes participantes.

12 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) itens **ADJUDICANDO-O**.

12.2 Indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do **Pregão Eletrônico** constarão de ata divulgada no **Sistema Eletrônico** <https://www.licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12.3 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela **Autoridade Competente** que decidiu o recurso.

12.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da **Autoridade Competente** e só poderá ser realizada depois da **ADJUDICAÇÃO**.

12.5 Quando houver recurso e o pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à **Autoridade Competente** para decidir acerca dos atos do **Pregoeiro**.

13 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa.

13.2 Comete infração administrativa, o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa:

13.2.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.2.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Deixar de apresentar amostra;
- f) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.2.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.2.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candéias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





declaração falsa durante a licitação;

13.2.5 Fraudar a licitação;

13.2.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.2.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.2.8 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.3 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.3.1 Advertência;

13.3.2 Multa;

13.3.3 Impedimento de licitar e contratar e

13.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

13.4.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.4.2 As peculiaridades do caso concreto;

13.4.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.4.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.4.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normase orientações dos órgãos de controle.

13.5 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **60 dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

13.5.1 Para as infrações previstas nos itens **13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3**, a multa será de **0,5%** do valor do contrato licitado.

13.5.2 Para as infrações previstas nos itens **13.2.4, 13.2.5, 13.2.6, 13.2.7 e 13.2.8**, a multa será de **0,5% à 30%** do valor do contrato licitado.

13.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

13.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Candeias do Jamari/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.9 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#)

13.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço,

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

13.11 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.12 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.13 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.14 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.15 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até **3 (cinco) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados **EXCLUSIVAMENTE** através da **PLATAFORMA LICITANET**, não será aceito Pedidos de Impugnação ou esclarecimentos feitos via e-mail.

14.4 A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informada através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site <https://www.licitanet.com.br/>, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

14.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.





14.8 Até a data definida para a sessão inaugural, o licitante que não obtiver resposta da impugnação protocolada, o pregoeiro antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

15 – DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDOR

15.1 Para as licitantes que **Registraram** a intenção no sistema de Participar do Cadastro de Reserva de Fornecedores neste certame:

15.2 Encerrada a etapa competitiva, as licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário. Serão convocados para o Cadastro de Reserva através do **sistema (LICITANET)** antes da adjudicação/homologação pela autoridade competente.

15.3 A plataforma através do sistema de compras emitirá via e-mail a convocação das licitantes inicialmente interessadas nos itens participantes, caso, deseje fazer parte do Cadastro de Reserva, para que indique no próprio sistema o seu interesse.

15.5 Havendo um ou mais licitantes que registraram a intenção de participar no mesmo item com o valor igual ao do licitante vencedor, será respeitada a ordem de classificação durante a fase competitiva.

15.6 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente serão utilizadas no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, de acordo Art. 18 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 A Administração Pública se reserva no direito de:

162.1 Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

162.2 Revogar por interesse da **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que a Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021.

16.3 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

16.4 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo **Pregoeiro**.

16.5 Ao Pregoeiro ou a **Autoridade Competente**, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

16.6 As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos docu-





mentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.7 A **HOMOLOGAÇÃO** do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto pela **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO**.

16.8 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

16.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do **Pregão Eletrônico**.

16.12 Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

16.13 As normas que disciplinam este **Pregão Eletrônico** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, a finalidade e a segurança da contratação.

16.14 As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do **CONTRATADO** de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

16.15 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

16.16 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

16.17 Fica assegurada à Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

16.18 Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o **Termo de Referência**, e por último os demais anexos.

16.19 O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site <https://www.licitanet.com.br/>, no **Portal de Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e alternativamente no site <https://www.candeiasdojamari.ro.gov.br/>.

16.20 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





termos.

16.21 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo email: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br, ou na sede **Prefeitura de Candeias do Jamari/RO**.

16.22 Fica eleito o **Foro da Comarca de Porto Velho/RO**, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17. ANEXOS

17.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Estudo Técnico Preliminar
Anexo III	Análise de risco
Anexo IV	Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo V	Modelo de Proposta Comercial
Anexo VI	Declaração de Autenticidade
Anexo VII	Declaração de Sustentabilidade Ambiental
Anexo VIII	Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C. F/1988.
Anexo IX	Minuta da Ata de Registro de Preços Cadastro Reserva
Anexo X	Minuta do Contrato

Candeias do Jamari - RO, **12 de agosto de 2025**.

Pregoeiro Designado:

RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA
Pregoeiro Decreto nº 30/2025



Termo de Referência 82/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
82/2025	980681-PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-RO	IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA	02/07/2025 14:41 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		0001618.02.01-2025

1. Definição do objeto

1.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo Registro de Preços para Futura e Eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de agenciamento de passagens aérea e rodoviária, compreendendo os serviços de pesquisa, reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de passagem aérea e rodoviária nacional, por período estimado de 12 (doze) meses, no Art. 40, II. : Art. 6º, Art. 84, lei nº 14.133/21, Com o intuito de suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-RO e suas Secretarias.

1.2. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS E QUANTITATIVOS DO OBJETO

Contratação de **Serviço de Agenciamento Passagem Aérea e Rodoviária** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICACÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL (BILHETES)	VALOR TOTAL (TAXA) (R\$)
1	Passagens Aéreas, incluindo os serviços de: reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais. Por período de 12 meses, Ida e Volta.	% menor porcentagem de agenciamento sobre o valor total da passagem	193	3,67%
2	Passagens Rodoviárias, incluindo os serviços de: reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens nacionais. Por período de 12 meses, Ida e Volta.	% menor porcentagem de agenciamento sobre o valor total da passagem	279	3,49%



1.3. O critério de julgamento adotado será a menor taxa percentual sobre o valor final de bilhete emitido, correspondendo ao serviço de agenciamento que compõe o bilhete de passagem, observadas as exigências contidas no Edital, neste Termo de Referência e seus Anexos no ETP.

1.4. O(s) objeto(s) desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de preço será de 12 meses, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. Ressalte-se que o quantitativo solicitado foi calculado por Secretaria, sob levantamento criterioso e justificado, de responsabilidade de cada setor/órgão. Em anexo no ETP.

1.7. O fornecimento do serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a demanda é recorrente, cuja sua interrupção pode provocar prejuízos às atividades da unidade demandante, bem como o objeto é necessário durante todo o ano. Conforme o Estudo Técnico Preliminar, sendo a vigência plurianual mais vantajosa.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A presente contratação está fundamentada no DOD (ID:117A6A7) e seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Da Justificativa

2.2. A contratação dos serviços acima elencados atenderá às necessidades de manter o adequado funcionamento da PREFEITURA MUNICIPAL e suas SECRETARIAS pois tratam-se de um serviço essencial para o desenvolvimento profissional, atualização de conhecimentos e troca de experiências dos servidores, contribuindo para a eficiência e qualidade dos serviços prestados pelo órgão. Os serviços adquiridos conforme a demanda de cada setor.

2.3. As viagens sempre serão necessárias, em tempo que a administração busque através de seus Gestores e Servidores conhecimento e traga benefícios em prol do Município e de seus Municípios. Desta forma, em face dessa necessidade imprescindível de locomoção a interesse do Serviço Público, os serviços ora solicitados são caracterizados como de natureza contínua.

2.3.1 Justificamos a necessidade da prestação desses serviços com base nas seguintes considerações:

1. Deslocamentos a serviço: Os Gestores e Servidores eventualmente realiza deslocamentos para participar de eventos, reuniões. A utilização de passagens aéreas e rodoviária é essencial para garantir a presença de nossos representantes nesses compromissos.

2. Considerando a garantia dos atendimentos e execução das atividades dessa gestão, assim como para suprir a obrigação da administração pública promover a capacitação e formação continuada dos servidores integrantes de seus quadros de pessoal.

3. Processo do SRP para passagens aéreas e rodoviárias são uma demonstração do comprometimento desta Prefeitura Municipal e seus órgãos que compõe não apenas com a prudência fiscal e a transparência



administrativa, mas também com a eficácia na realização das atividades que exigem deslocamento aéreo por parte dos funcionários Municipais.

4. Como base no exposto é certo reconhecer que, a contratação deste serviço é típica de execução de forma continuada conforme preceitua a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, artigo 06, pois caracteriza-se pela impossibilidade de sua interrupção ou suspensão, sob pena de acarretar prejuízos ou danos insuperáveis às ações de atribuições deste Órgão, especificamente no tocante a sua atividade-fim.

5. Intercâmbio técnico: As Secretarias busca constantemente promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências com outras instituições e órgãos, visando aprimorar nossas práticas e fortalecer parcerias. O agenciamento de passagens aéreas e rodoviária possibilitará a participação em visitas técnicas importantes para o desenvolvimento de nossas atividades.

2.3.2 Nesse contexto, abaixo transcreve – se as justificativas apresentadas pelas unidades administrativas participantes, observa – se:

GABINETE

Gostaríamos de fornecer as informações necessárias para a instrução do processo. Dessa forma, encaminhamos as informações necessárias para a devida instrução processual, a fim de garantir a adequada formalização da demanda. A média foi calculada considerando as necessidades operacionais do órgão, assegurando que a estimativa esteja alinhada com as demandas previamente identificadas. Esse levantamento segue as diretrizes estabelecidas pelo Art. 40, inciso II, e pelo Art. 6º, inciso X LV, da Lei nº 14.133/2021, que regulamentam os critérios para a definição das quantidades e especificações dos serviços a serem contratados.

Justificativa para a participação de Registro de Preços para Passagens Aéreas e Terrestres A presente justificativa tem como finalidade solicitar a adesão à Ata de Registro de Preços referente à contratação de serviços de transporte de passageiros, por meio de passagens aéreas e rodoviárias. A adesão se faz necessária para atender à demanda de deslocamentos institucionais previstos, tanto para compromissos administrativos quanto para participação em eventos, capacitações, reuniões técnicas e demais atividades externas de interesse da instituição. A utilização da referida ata permitirá maior agilidade nos processos de aquisição, bem como economia de recursos públicos, uma vez que se trata de um instrumento previamente licitado, com preços registrados e condições vantajosas. Além disso, a adesão garantirá previsibilidade e organização logística nas viagens programadas, otimizando o planejamento das ações da instituição. Dessa forma, a adesão à ata representa uma medida eficiente, econômica e estratégica para o atendimento das necessidades de deslocamento da equipe, contribuindo para o cumprimento das metas institucionais. ID: 1.B11.62A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA FAMÍLIA E TRABALHO-SEMASFT

A aquisição de serviços de agenciamento de passagens aéreas e rodoviárias se faz necessária para assegurar:

- O cumprimento das obrigações institucionais da SEMASFT e suas unidades vinculadas;
- O atendimento imediato e eficaz às situações de vulnerabilidade e risco social, garantindo o direito de ir e vir dos usuários da política de assistência social;
- A participação dos servidores em eventos de capacitação e articulação institucional, assegurando a qualidade dos serviços ofertados;
- A observância aos princípios da economicidade e eficiência, ao centralizar o serviço em uma empresa especializada, com garantia de suporte técnico e emissão de passagens em tempo hábil, inclusive em situações emergenciais. ID: 1.AAC.521

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SEMED



Venho por meio desta e em resposta ao Ofício Circular Nº 10/SEMG/2025, encaminhar a Vossa Senhoria o Quadro com o Quantitativo e Total a registrar em 12 meses, manifestando interesse em participar do Registro de Preços visando o Agenciamento de Passagens Aéreas e Rodoviárias por um período de 12 meses.

Ademais aproveito a oportunidade para informar que o quantitativo especificado no quadro abaixo foi fundamentado no consumo do ano anterior, conforme pode ser atestado no processo Mãe Nº 0000496.02.01-2024 e Filhote Nº 0002762-12.07.01-2024. ID: 1.A83.406

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS-SEMFIN

Gostaríamos de fornecer as informações necessárias para a instrução do processo. Dessa forma, encaminhamos as informações necessárias para a devida instrução processual, a fim de garantir a adequada formalização da demanda. A média foi calculada considerando as necessidades operacionais do órgão, assegurando que a estimativa esteja alinhada com as demandas previamente identificadas. Esse levantamento segue as diretrizes estabelecidas pelo Art. 40, inciso II, e pelo Art. 6º, inciso X LV, da Lei nº 14.133/2021, que regulamentam os critérios para a definição das quantidades e especificações dos serviços a serem contratados.

Justificativa para Adesão à Ata de Registro de Preços para Passagens Aéreas e Terrestres A presente justificativa tem como finalidade solicitar a adesão à Ata de Registro de Preços referente à contratação de serviços de transporte de passageiros, por meio de passagens aéreas e rodoviárias. A adesão se faz necessária para atender à demanda de deslocamentos institucionais previstos, tanto para compromissos administrativos quanto para participação em eventos, capacitações, reuniões técnicas e demais atividades externas de interesse da instituição. A utilização da referida ata permitirá maior agilidade nos processos de aquisição, bem como economia de recursos públicos, uma vez que se trata de um instrumento previamente licitado, com preços registrados e condições vantajosas. Além disso, a adesão garantirá previsibilidade e organização logística nas viagens programadas, otimizando o planejamento das ações da instituição. Dessa forma, a adesão à ata representa uma medida eficiente, econômica e estratégica para o atendimento das necessidades de deslocamento da equipe, contribuindo para o cumprimento das metas institucionais. ID: 1.AC0.E4E

SECRETARIA MUNICIPAL GERAL-SEMG

Gostaríamos de fornecer as informações necessárias para a instrução do processo. Dessa forma, encaminhamos as informações necessárias para a devida instrução processual, a fim de garantir a adequada formalização da demanda. A média foi calculada considerando as necessidades operacionais do órgão, assegurando que a estimativa esteja alinhada com as demandas previamente identificadas. Esse levantamento segue as diretrizes estabelecidas pelo Art. 40, inciso II, e pelo Art. 6º, inciso X LV, da Lei nº 14.133/2021, que regulamentam os critérios para a definição das quantidades e especificações dos serviços a serem contratados. Justificativa para Adesão à Ata de Registro de Preços para Passagens Aéreas e Terrestres A presente

justificativa tem como finalidade solicitar a adesão à Ata de Registro de Preços referente à contratação de serviços de transporte de passageiros, por meio de passagens aéreas e rodoviárias. A adesão se faz necessária para atender à demanda de deslocamentos institucionais previstos, tanto para compromissos administrativos quanto para participação em eventos, capacitações, reuniões técnicas e demais atividades externas de interesse da instituição. A utilização da referida ata permitirá maior agilidade nos processos de aquisição, bem como economia de recursos públicos, uma vez que se trata de um instrumento previamente licitado, com preços registrados e condições vantajosas. Além disso, a adesão garantirá previsibilidade e organização logística nas viagens programadas, otimizando o planejamento das ações da instituição. Dessa forma, a adesão à ata representa uma medida eficiente, econômica e estratégica para o atendimento das necessidades de deslocamento da equipe, contribuindo para o cumprimento das metas institucionais. ID: 1.AC0.F6A

SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES-SML

A presente justificativa tem como finalidade solicitar a adesão à Ata de Registro de Preços referente à contratação de serviços de transporte de passageiros, por meio de passagens aéreas e rodoviárias. A adesão se faz necessária para atender à demanda de deslocamentos institucionais previstos, tanto para compromissos.



administrativos quanto para participação em eventos, capacitações, reuniões técnicas e demais atividades externas de interesse da instituição.

A utilização da referida ata permitirá maior agilidade nos processos de aquisição, bem como economia de recursos públicos, uma vez que se trata de um instrumento previamente licitado, com preços registrados e condições vantajosas. Além disso, a adesão garantirá previsibilidade e organização logística nas viagens programadas, otimizando o planejamento das ações da instituição. Dessa forma, a adesão à ata representa uma medida eficiente, econômica e estratégica para o atendimento das necessidades de deslocamento da equipe, contribuindo para o cumprimento das metas institucionais. ID: 1.A77.57F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-SEMUSA

Venho por meio desta e em resposta ao Ofício Circular Nº 10/SEMG/2025, encaminhar a Vossa Senhoria o Quadro com o Quantitativo e Total a registrar em 12 meses, manifestando interesse em participar do Registro de Preços visando o Agenciamento de Passagens Aéreas e Rodoviárias por um período de 12 meses. Ademais aproveito a oportunidade para informar que o quantitativo especificado no quadro abaixo foi fundamentado no consumo do ano anterior, conforme pode ser atestado no processo Mãe Nº 0000496.02.01- 2024. ID: 1AEFCE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA- SEMUC

Justificativa: Para uso exclusivo dos técnicos da Secretaria Municipal de cultura para capacitação, participação em fórum e congresso, conforme exigências da Lei, editais e convites. ID: 1.AF9.904

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado item 6 do Estudos Técnico Preliminares contido no Processo nº 1618/2025 no Sistema de Processo Eletrônico de Candeias do Jamari (ATHUS), abrange a prestação dos serviços contínuos de agenciamento de passagem aérea e rodoviária, compreendendo os serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas e rodoviária nacionais, para atender à Prefeitura Municipal e suas Secretarias/órgãos conforme especificações e condições constantes deste Termo de Referência.

3.2. Este procedimento será feito através de Sistema de Registro de Preço disposto no art. 82 da lei 14.133/21 pois, dentre as vantagens em se utilizar o SRP, destacam-se as seguintes:

3.2.1. Evolução significativa da atividade de planejamento organizacional, motivando a cooperação entre as mais diversas áreas;

3.2.2. Possibilidade de maior economia de escala, uma vez que diversos órgãos e entidades podem participar da mesma ARP, adquirindo em conjunto produtos ou serviços para o prazo de até 01 (um) ano ou prorrogado, por igual período. É o atendimento ao Princípio da Economicidade disposto na lei 14.133/21, art. 84:

Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

3.2.3. Aumento da eficiência administrativa, pois promove a redução do número de licitações e dos custos operacionais durante o exercício financeiro;

3.2.4. A solicitação de fornecimento ocorre somente quando surgir a necessidade em se adquirir os produtos registrados;

3.2.5. Ausência da obrigatoriedade em se adquirir os produtos e serviços registrados, quer seja em suas quantidades parciais ou totais;



3.2.6. Vinculação do particular pelo prazo de validade da ata às quantidades e aos preços registrados

3.3. DO REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

3.3.1 Será adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência da prestação dos serviços com previsão de serem de forma parcelados conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzir os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração. Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço originário de Pregão Eletrônico, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo o fato da existência de facultatividade na contratação dos produtos e serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis. Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados, levando em consideração o desgaste natural. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda.

3.3.2. Para o SRP, a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), o objeto pode ser licitado por SRP visto que se adequa às hipóteses previstas no Art. 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023. O Sistema de Registro de Preços pode ser adotado tanto nas contratações para aquisição de bens ou produtos, como para a prestação de serviços, desde que o objeto se enquadre em uma das hipóteses previstas no Art. 3º do Decreto nº 11.462 /2023: necessidade de contratações permanentes ou frequentes; aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa; aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas do governo; ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

3.3.3. No contexto da Lei nº 14.133/2021 o artigo 84 permitiu a possibilidade de vigência da ata de registro de preços por até 2 anos, confira-se abaixo o texto:

Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

O Sistema de Registro de Preço originário de Pregão Eletrônico é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo, o fato da existência de facultatividade na contratação dos serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis. Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados, levando em consideração o desgaste natural. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda.

4. Requisitos da contratação

4.1 Os serviços de companhias/agenciamento de passagens aéreas e rodoviárias se enquadram na categoria de serviços comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme estabelecido no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133 /2021.

4.2. De acordo com o art. 9º da Instrução Normativa nº 58/2022 os Estudos Preliminares devem conter os requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de



sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho.

4.3. A CONTRATADA deverá operar com todas as companhias aéreas e rodoviária que atuam regularmente nos mercados regional e nacional.

4.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento por celular, 24h por dia, 7 (sete) dias por semana para fornecimento de informações e atendimento a solicitações de caráter emergencial.

4.5. A CONTRATADA deverá dispor de canais que possam atender a Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-RO aos fins de semana, após horário comercial e em feriados, sejam nacionais, estaduais ou municipais.

4.6. A CONTRATADA deverá atender, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, todas as solicitações de reservas e emissões que forem aprovadas pela CONTRATANTE.

4.7. O preço das passagens aéreas e rodoviária, a serem cobrados pela contratada, deverão estar de acordo com as tabelas praticadas pelas respectivas companhias, inclusive em casos de tarifas promocionais, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais reguladores.

4.8. A CONTRATADA deverá efetuar a reserva das passagens aéreas e rodoviária ao menor preço e em classe econômica, sem prejuízo do estabelecido na Instrução Normativa nº 03, de 11 de fevereiro de 2015 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/ Ministério da Economia, considerando-se o horário e o período da participação do passageiro na programação de viagem, a pontualidade, o tempo de traslado e a otimização do trabalho.

4.9. A CONTRATADA deverá assegurar à CONTRATANTE o menor preço em vigor praticado por qualquer das companhias do setor sempre que se verificar condição, mesmo em caráter promocional, repassando a esta todos os descontos e vantagens oferecidas que lhe possam resultar em vantagem econômica;

4.10. A CONTRATADA deve disponibilizar solução online, mediante login e senha, com acessos pré-estabelecidos, além de ambiente com todas as companhias aéreas e rodoviárias para auxiliar na cotação, reserva e solicitação de compra de passagens, de forma que tal sistema seja ajustado de acordo com as especificidades da CONTRATANTE, em diapasão com os serviços previstos nesse instrumento.

4.11. Cabe também a CONTRATADA oferecer treinamento, material didático e suporte aos servidores responsáveis pelo manuseio do sistema no âmbito da CONTRATANTE.

4.12. A CONTRATADA se responsabiliza pela manutenção e suporte à solução online durante todo o contrato.

4.13. O sistema deverá gerar relatórios de passagens requisitadas, efetivamente compradas, não utilizadas, remarcações, dentre outras informações previstas neste instrumento.

4.14. Efetuar reservas, marcação, remarcação, cancelamentos, reembolsos e créditos de passagens aéreas e rodoviária para a contratante, utilizando, prioritariamente, as tarifas mais econômicas;

Do critério de julgamento

4.15. O critério de julgamento adotado será o menor preço por taxa de agenciamento por serviço de passagem.

4.16. Os licitantes terão a opção de isentar esta Prefeitura de Candeias do Jamari-RO da cobrança de Taxas de Transação/Agenciamento (conhecido como "taxa zero") e até mesmo ofertar desconto sobre o volume de aquisições ("taxa negativa"). A admissibilidade de propostas nestas condições dependerá de justificativas que explicitem sua viabilidade econômica, detalhando as fontes (quem) e a forma (como/quanto) de remuneração alternativa do futuro contratado, que atuará na intermediação junto ao mercado de transportes aéreo.

Critérios de sustentabilidade

4.17. Não haverá impacto ambiental decorrente dessa contratação.



Documentação/comprovação exigida na qualificação técnica:

4.18. Para qualificação técnica, o licitante deverá comprovar aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, na forma a ser determinada no Termo de Referência.

4.19. O conteúdo dos atestados de capacidade técnica deve ser suficiente para garantir à Administração que o contratado terá aptidão para executar o objeto pretendido.

4.20. Será necessário apresentar Certificado de Registro concedido pelo Ministério do Turismo-CADASTUR, conforme previsto no art. 22, da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e no art. 18 do Decreto nº 7.381 /2010.

Garantia da contratação

4.21. Não haverá exigência da garantia da contratação arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21 tendo em vista que não trata-se de serviços com emprego de mão de obra, tampouco exclusiva ou serviços continuados em que a exigência poderá apenas onerar a Administração.

Habilitação

4.22. No momento da habilitação, a licitante deverá apresentar declaração firmada por seu representante legal, sob as penas da lei, de que possui condições operacionais necessárias à emissão dos bilhetes de passagens aérea e rodoviária, em conformidade com as políticas comerciais e financeiras das principais companhias aéreas (Art. 8º) da Instrução Normativa n. 3, de 11 de fevereiro de 2015, da SLTI/MPOG (IN 3/2015).

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Execução (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

EMISSION DE BILHETES DE PASSAGEM

5.1. Para fins de elaboração da proposta comercial pelos licitantes e para efeitos de contratação e remuneração são adotadas as seguintes definições:

TERMO	DEFINIÇÃO
Agenciamento de Viagem	Compreende a cotação, emissão, remarcação, cancelamento, endosso, entrega de bilhetes ou ordem de passagens e atividades relacionadas
Passagem	Compreende o trecho de ida e o trecho de volta, ou somente um dos trechos nos casos em que isto represente toda contratação.
Trecho	Compreende todo percurso entre origem e destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia.
Emissão	Compreende a pesquisa, reserva e marcação de voos, emissão de bilhetes de passagem e marcação de assentos, se for o caso.
Remarcação	Compreende alteração de datas, trechos ou horários de saída e chegada.
Cancelamento	Compreende a desistência de utilização de bilhete emitido, gerando ou não valores de reembolso/multa pela companhia de transporte,



conforme as regras vigentes das mesmas.

5.2. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

5.2.1. As passagens serão requisitadas de acordo com as necessidades da Prefeitura e suas Secretarias que formalizará sua demanda, mediante o envio da Nota de Empenho correspondente.

5.2.2. Manter para a Contratante ou à sua disposição, a qualquer momento, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, atendimento com funcionários suficientes para atender prontamente as solicitações decorrentes dos serviços relacionados no subitem anterior. Após esse horário, nos fins de semana e feriados, a Contratada deverá indicar o preposto designado para atender os casos excepcionais e urgentes, disponibilizando para a Contratante, plantão de telefones fixos e celulares.

5.2.3 Prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário e frequência do transporte (partida /chegada), melhores conexões e das tarifas promocionais à retirada dos bilhetes.

5.2.4. Proceder a emissão de bilhetes por meio de requisição de passagem rodoviária emitida pela Contratante.

5.2.5 Proceder a emissão de bilhetes eletrônicos para outras localidades no Brasil, à disposição do passageiro, na companhia ou empresa mais próxima ou nas rodoviárias, informando o código e a empresa.

5.2.6 Efetuar o endosso de passagem, respeitando o regulamento das companhias.

5.2.7 Fornecer, sempre que solicitado pela Contratante, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por empresa de ônibus.

5.2.8 Iniciar a prestação dos serviços, imediatamente após a assinatura do contrato.

5.2.9. Excepcionalmente, em caráter de urgência, a emissão de bilhete de passagem poderá ser requisitada pela Contratante sem obediência aos prazos previstos no subitem anterior, devendo a Contratada, nesse caso, atendê-la com a agilidade requerida.

5.2.10 Disponibilizar, sem nenhum custo à CONTRATANTE, cotação de, no mínimo, 03 (três) empresas e 03 (três) opções de passagens, se houver, para fornecimento de bilhetes, para o trecho solicitado, em prazo não superior a 3 (três) horas, contados a partir da solicitação do fiscal da contratante; a fim demonstrar, sempre que possível, que a passagem a ser adquirida é a mais econômica para o dia e horário desejados.

5.2.11 A CONTRATADA deverá disponibilizar os bilhetes e demais serviços nos prazos e locais indicados pelo CONTRATANTE no presente Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar.

5.2.12 A entrega dos bilhetes deverá ocorrer por meio eletrônico, para o endereço eletrônico do passageiro indicado, com cópia para o CONTRATANTE, por meio do endereço eletrônico.

5.2.13 A CONTRATADA deverá atender às demandas de marcação de passagens sempre que solicitado pelo Fiscal do Contrato ou pessoa designada pelo CONTRATANTE.

5.2.14 A CONTRATADA deverá disponibilizar, para casos de urgência fora do horário normal de expediente, atendimento direto e imediato (regime de plantão), bem como deverá encaminhar, nas 24 (vinte e quatro) horas antecedentes ao plantão, a escala de funcionários que irão cumpri-lo.

5.2.15 A CONTRATADA deverá prestar assessoramento ao CONTRATANTE para definição do melhor roteiro, horário e frequência de deslocamentos (partida/chegada).

5.2.16 A CONTRATADA deverá executar os serviços com presteza, pontualidade, qualidade e eficiência, de forma a atender aos objetivos esperados pelo CONTRATANTE.

5.2.17 A CONTRATADA deverá corrigir e/ou refazer, por sua inteira responsabilidade, os serviços /fornecimentos prestados em desacordo com as exigências expostas no Termo de Referência e no Estudo



Técnico Preliminar, bem como aqueles que não estejam de acordo com o padrão de qualidade esperado pelo CONTRATANTE.

5.2.18 Em sendo a solicitação do CONTRATANTE realizada em dias úteis:

5.2.18.1. Cotação pela CONTRATADA – em até 04 (quatro) horas, contadas a partir da solicitação enviada pelo CONTRATANTE;

5.2.18.2. Reserva do bilhete pela CONTRATADA – em até 02 (duas) horas, contados a partir do apontamento da opção escolhida pelo CONTRATANTE;

5.2.18.3. Emissão ou endosso do bilhete pela CONTRATADA – imediatamente após a autorização de emissão do bilhete pelo CONTRATANTE;

5.2.18.4. Entrega do bilhete pela CONTRATADA – por meio eletrônico ou outro no impedimento deste, à escolha do CONTRATANTE.

5.2.19 Em sendo a solicitação do CONTRATANTE realizada em finais de semana:

5.2.19.1. Cotação pela CONTRATADA – em até 02 (duas) horas, contadas a partir da solicitação enviada pelo CONTRATANTE;

5.2.19.2. Reserva do bilhete pela CONTRATADA – em até 01 (uma) hora, contada a partir do apontamento da opção escolhida pelo CONTRATANTE;

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. A prestação dos serviços se dará de forma remota através da disponibilização de solução online para requisição de passagens pela contratante, devendo a contratada disponibilizar como instrumentos secundários de contato e-mail e telefone. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.4. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O serviço deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial ([Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput](#)).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila ([Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º](#)).

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Das Obrigações

6.5. Na execução do contrato, obriga-se a **CONTRATANTE** a:



6.5.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o presente instrumento e os termos de sua proposta;

6.5.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização da entrega do serviço de publicação, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.5.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições do equipamento, fixando prazo para a sua correção;

6.6. Na execução do contrato, obriga-se a **CONTRATADA** a:

6.6.1. responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas;

6.6.2. responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do **CONTRATANTE**, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução deste contrato;

6.6.3. manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas na licitação;

6.6.4. arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto contratado;

6.6.5. efetuar a entrega dos bilhetes de passagens, de acordo com a necessidade e o interesse do **CONTRATANTE**, no prazo de até 04 (quatro) horas, a contar do recebimento da solicitação;

6.6.6. efetuar a entrega dos bilhetes de passagens em local a ser indicado, quando fora do expediente ou, se fizer necessário, colocá-los a disposição dos passageiros nas lojas das companhias aéreas ou agências de turismo mais próximas do usuário ou por e-mail quando se tratar de bilhete eletrônico;

6.6.7. prestar assessoramento para definição do melhor roteiro, horário, frequência de partida e chegada das aeronaves, como também das tarifas promocionais à época da retirada do bilhete;

6.6.8. repassar ao **CONTRATANTE** as tarifas promocionais ou reduzidas sempre que oferecidas pelas companhias aéreas, observados os regulamentos vigentes à época, para as tarifas promocionais especiais, domésticas;

6.6.9. repassar ao **CONTRATANTE** as vantagens e/ou bonificações em decorrência da emissão, em conjunto, de um determinado número de bilhetes de passagens, observados os regulamentos vigentes à época, para as tarifas promocionais especiais, domésticas;

6.6.10. fornecer ao gestor deste contrato as regras tarifárias vigentes nas companhias aéreas que operam viagens regulares no território nacional, bem como suas alterações;

6.6.11. emitir nota de crédito em favor do **CONTRATANTE**, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, correspondente aos valores dos bilhetes de passagens porventura não utilizados. Caso não ocorra o referido reembolso no prazo estabelecido, os valores correspondentes aos bilhetes devolvidos serão glosados em fatura a ser liquidada;

6.6.12. comunicar à Administração do **CONTRATANTE**, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;



6.6.13. comunicar ao **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 02 (duas) horas do horário previsto para o voo, para os trechos nacionais, e 03 (três) horas para os trechos internacionais, quaisquer alterações na data ou no horário do voo em bilhetes emitidos em razão deste contrato.

6.6.14. caso o servidor venha a perder o voo em decorrência do não cumprimento da alínea “6.6.13”, a **CONTRATADA** deverá emitir novo bilhete para o mesmo trecho, sem custo adicional ao **CONTRATANTE**.

6.6.15. O cumprimento do objeto se dará de forma imediata, mediante solicitação do Órgão requisitante através de Requisição;

6.6.16. A(s) Detentora(s) fornecerá(ao) passagens aérea e rodoviária para todo o território nacional de todas as companhias autorizadas, no prazo máximo de até 04 (quatro) horas da solicitação do órgão.

6.6.17. Deverão estar computados nos preços ofertados todos os tributos, impostos, taxas, entrega das passagens e despesas sobre a execução do Contrato, correndo tal operação única e exclusivamente por conta, risco e responsabilidade da licitante vencedora.

6.6.18.A(s) Detentora(s) deverá assumir o compromisso de assegurar aos órgãos e entidades participantes a utilização de tarifas promocionais para as passagens, sempre que estas forem colocadas à disposição pelas companhias aéreas e rodoviária;

6.6.19. Será da responsabilidade da(s) Detentora(s) providenciar a aquisição da passagem pelo menor preço, dentre aqueles oferecidos pela companhia aérea e rodoviária, inclusive os decorrentes da aplicação de tarifas promocionais ou reduzidas para os horários compatíveis com a programação da viagem e a demanda do órgão ou entidade participante.

6.6.20. Se a detentora da ata não puder fornecer as passagens solicitadas, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato à Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, por escrito, no prazo máximo de 04 (quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

A(s) detentora(s) da ata ficará (i) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimentos efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega das passagens ocorrerem em data posterior a do seu vencimento

Do Acompanhamento, Execução e Fiscalização do Contrato

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8.1. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do serviço emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção.

6.8.2. O fiscal técnico informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do serviço nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor.

6.8.4. O fiscal técnico comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término dos serviços sob sua responsabilidade.

Da Vigência da Ata



6.9 O contrato tem como previsão para vigência o período de 12 meses, contados a partir da publicação da Ata de Registro de Preços, disposto na lei 14.133/21, art. 84.

6.9.1 Poderá ser admitida a prorrogação desta Ata de Registro de Preço, no caso de prorrogação do prazo de entrega do objeto, que extrapole o prazo de vigência da Ata, devidamente comprovada, justificada e aceita de forma fundamentada pelo gestor.

7. Critérios de medição e pagamento

Do recebimento

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 24 horas, pelos fiscais técnico ou administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 24 horas, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias corridos disposto do Decreto Municipal Nº8.778, de 2023, art. 10, para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso I do caput do art. 74 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.11.1. o prazo de validade;

7.11.2. a data da emissão;

7.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.11.5. o valor a pagar; e

7.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



7.13. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no procedimento de contratação, bem como ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP para identificar possível razão que impeça a participação a contratação no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, disposto do Decreto Municipal Nº 8.778, de 2023, art. 10), contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 67.608/2023, c/c o artigo 1º do Decreto nº 32.117/1990), bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

7.21. Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



Das sanções administrativas:

7.26.1. dar causa à inexecução parcial do contrato:

7.26.3. dar causa à inexecução total do contrato;

7.26.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

7.26.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

7.26.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

7.26.7.ensejar o atraso na disponibilização do acesso às ferramentas e serviços em relação ao mês previsto para início da execução do contrato, sem motivo justificado;

7.26.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato

7.26.9. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.26.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.26.11. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

7.26.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

7.26.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.27. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

7.27.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

a) Advertência pela falta do subitem

b) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor contratado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.26.4 a 7.27.6 e 7.26.8 a 7.26. 12;

c) Multa de mora de 1 % (um por cento) por dia, sobre o valor contratado do item prejudicado por infração do subitem 7.26.7, limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total;

d) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, por infração do subitem 7.26.3 (inexecução total do contrato).

e) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.26.2 e 7.26.7 deste Termo de referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.26.8 a 7.26.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

7.28. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.28.1. a natureza e a gravidade da infração cometida

7.28.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.28.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.28.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.28.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.29. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

7.30. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.31. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

7.32. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O Contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com fundamento na hipótese do art. 28, caput, inciso I e art. 6, XLI, da Lei nº14.133/2021, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, que será representado pela oferta da menor taxa de agenciamento.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será pelo período 12 meses, podendo ser prorrogado conforme art. 84 da Lei 14.133/2024, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:



- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>)
- d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- f) Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- g) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

8.4. A consulta aos cadastros especificados na alínea ‘d’ do item anterior será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas

8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:



Habilitação jurídica

8.13. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.16. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.18. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.20. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.21. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.22. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.23. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.24. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.25. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



8.26. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.27 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.28. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.29. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.30. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.31. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.32. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

8.32.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

8.33. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício sociais, comprovando:

8.33.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.33.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.33.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos do último ano.

8.33.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.33.5 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 10% do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente]. Nota(s) explicativa(s): 10 e 11.

Da qualificação Técnica

8.34. Atestado de Capacidade Técnica (Certidão ou Declaração), expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando que a licitante forneceu produto de características semelhantes e compatível com o objeto da licitação. Será comprovado da seguinte forma:



- a) Os atestados apresentados deverão conter preferencialmente as seguintes informações mínimas: nome da empresa e CNPJ, nome e cargo da pessoa que o assina e grau de satisfação com os produtos já entregues, com firma reconhecida em cartório ou assinatura realizada por meio de certificado digital;
- b) Os atestados apresentados deverão conter a descrição dos serviços/materiais com dados que permitam o amplo entendimento dos trabalhos realizados e identifiquem a compatibilidade e semelhança com o objeto desta licitação;
- c) A Administração, por meio do Pregoeiro ou de outro (s) servidor (es) designado (s), poderá, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações prestadas acima pela empresa Licitante;
- d) Os atestados deverão referir-se ao fornecimento de produtos no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, além de serem equivalentes ao objeto descrito no Termo de Referência deste certame.

8.35. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.36. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.37. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.38. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.39. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.40. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.41. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.42. Será necessário apresentar Certificado de Registro concedido pelo Ministério do Turismo-CADASTUR, conforme previsto no art. 22, da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e no art. 18 do Decreto nº 7.381 /2010.

9. Estimativas do Valor da Contratação



9.1. O valor estimado dos serviços se dará por meio de menor taxa de agenciamento por emissão realizada dos bilhetes eletrônicos, O critério utilizado para a formação da estimativa foi de MÉDIA dos preços da taxa praticados no mercado observadas as exigências contidas neste Termo de Referência e no ETP.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL (BILHETES)	VALOR TOTAL (TAXA) (R\$)
1	Passagens Aéreas, incluindo os serviços de: reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais. Por período de 12 meses, Ida e Volta.	% menor porcentagem de agenciamento sobre o valor total da passagem	193	3,67%
2	Passagens Rodoviárias, incluindo os serviços de: reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens nacionais. Por período de 12 meses, Ida e Volta.	% menor porcentagem de agenciamento sobre o valor total da passagem	279	3,49%

10. Adequação orçamentária

10.1. Os recursos orçamentários destinados a cobrir a despesa desta Aquisição de Serviço serão apresentados conforme solicitação de cada órgão desta Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, de acordo com cada requisição.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Orçamentária: Gabinete do Prefeito-GP

Elemento de Despesa:3.3.90.33.00

Ficha: 22

Unidade Orçamentária: Sec. Mun. Geral G.A.P.O.I.S.I.E.C–SEMG

Elemento de Despesa: 3.3.90.33.00

Ficha: 118

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal Assistência Social, Família e Trabalho - SEMASFT

Elemento de Despesa: 3.3.90.33.00



Ficha:364

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Finanças - SIMFIN

Elemento de Despesa: 3.3.90.33.00

Ficha:141

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal De Educação - SEMED

Elemento de Despesa: 3.3.90.33.00

Ficha: 386

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal De Saúde - SEMUSA

Elemento de Despesa: 3.3.90.33.00

Ficha:

Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Cultura-SEMUC

Elemento de Despesa: 3.3.90.33.00

Ficha: 522

Unidade Orçamentária: Superintendência Municipal de Licitações-SML

Elemento de Despesa: 3.3.90.33.00

Ficha:

11. Das Disposição Gerais

11.1. À contratação relativa ao presente Termo de Referência aplica-se ainda a seguinte disposição:

11.1.1. A contratada reconhece os direitos da administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 137 a 139, da Lei 14.133/21.

11.1.2. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor fica caracterizado descumprimento total da(s) obrigação(s) assumida(s), sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, caso exista, em favor do órgão, conforme estabelecido no art.90 § 5º da Lei 14.133/21.



12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Responsável pela elaboração:

Irisneide da Silva Cardoso Lima
Planejamento

Aprovado:

Antonia Rodrigues de Moura
Chefe de Gabinete

Ediney Márcio Assumpção Quadro
Secretário Municipal Geral

Rozangela Maria Costa Borges
Secretária Municipal de Assistência social e Família e Trabalho

Marisson Pires Dourado
Secretário Municipal de Finanças

Lucivaldo Silva da Costa
Superintendente Municipal de Licitações

Clarice Lemos Ferreira
Secretária Municipal de Educação

Irgo Mendonça Alves
Secretário Municipal de Saúde

Ivanilde de Araújo Lima
Secretaria Municipal de Cultura

Autorizo

Lindomar Barbosa Alves
Prefeito Municipal





Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **IVANILDE ARAÚJO LIMA**, CPF: 272.41*.**2-*9 em **09/07/2025 08:37:19**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **0893.5937.819E.U44Z.8650**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ROZANGELA MARIA COSTA BORGES**, CPF: 269.90*.**2-*0 em **08/07/2025 16:46:34**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1694.3E46.1343.U84E.2087**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **IRGO MENDONÇA ALVES**, CPF: 529.05*.**2-*4 em **08/07/2025 13:11:59**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **13H1.7A11.0596.4323.3530**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **ANTONIA RODRIGUES DE MOURA - SECRETÁRIA**, CPF: 793.11*.**6-*9 em **08/07/2025 11:40:52**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **11K7.4440.2522.E77R.4015**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **LUCIVALDO SILVA DA COSTA**, CPF: 469.34*.**2-*9 em **08/07/2025 11:37:38**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **11E6.0U37.138W.460X.2665**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **EDINEY MARCIO ASSUMPTÃO QUADROS**, CPF: 692.79*.**2-*0 em **08/07/2025 11:30:36**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1197.7230.536K.6663.0602**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **LINDOMAR BARBOSA ALVES**, CPF: 325.50*.**2-*3 em **08/07/2025 11:02:54**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1134.1402.1547.A672.7724**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **MARISSON PIRES DOURADO**, CPF: 987.13*.**2-*1 em **08/07/2025 10:35:10**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **10E0.5Z35.510X.K544.8566**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Documento Assinado Eletronicamente por **CLARICE LEMOS FERREIRA**, CPF: 530.81*. **2-*4 em **08/07/2025 10:05:57**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1084.4305.8573.X454.8647**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA**, CPF: 889.04*. **2-*4 em **08/07/2025 09:53:07**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **09A0.8E53.007A.E063.6103**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.C6D.10F** - Tipo de Documento: **RETIFICAÇÃO**.

Elaborado por **IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA**, CPF: 889.04*. **2-*4 , em **08/07/2025 - 09:53:07**

Código de Autenticidade deste Documento: 0961.4U53.107K.904H.4438

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



Estudo Técnico Preliminar 72/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 0001618.02.01-2025

2. Descrição da necessidade

2.1. Este Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo concretizar fundamentos visando o **Fornecimento de Passagens Aérea e rodoviária**, com intuito de atender a demanda da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-RO, identificando e analisando os cenários para o atendimento da demanda bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2.2. O Serviço objeto deste processo são caracterizados como comuns, conforme o inciso XIII, do art. 6º da Lei 14.133. O estudo técnico preliminar contém as informações necessárias para atendimento às disposições do art. 9º, Instrução Normativa das SEGES Nº 58, DE 8 DE AGOSTO DE 2022.

2.3. A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de passagens aérea e rodoviária justifica-se em razão da necessidade de continuidade das atividades desenvolvidas pela Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-Ro, o qual demanda de viagens para outras localidades dentro do território brasileiro, visando o cumprimento de suas atividades finalísticas tais como: participarem de reuniões, encontros, solenidades e treinamentos, realização de cursos, participação em seminários, visitas técnicas, eventos de interesse público, celebrações de convênio, termos de cooperações técnicas, bem como a busca de investimentos e captação de recursos. As viagens sempre serão necessárias, em tempo que a administração busque através de seus Gestores e Servidores conhecimento e traga benefícios em prol do Município e de seus Municípios. Desta forma, em face dessa necessidade imprescindível de locomoção a interesse do Serviço Público, os serviços ora solicitados são caracterizados como de natureza contínua. A contratação atenderá a necessidade de serviços no período de um ano (12 meses). Em atendimento aos Art. 40, II. e , Art. 84, lei nº 14.133/21.

2.4 A contratação visa atender tanto aos deslocamentos terrestres (por meio de transporte rodoviário), especialmente em trajetos curtos ou onde não há oferta de voos comerciais, quanto aos deslocamentos aéreos, indispensáveis em percursos de longa distância ou quando houver restrição de tempo.

2.5. Tratam-se de bens essenciais para desenvolvimento das atividades administrativas e para atender as demandas no exercício de 2025/2026.

2.6 Relevante destacar, ainda, que o último contrato para idêntico objeto (Processo: 0000496.02.01-2024) encerra sua vigência em 22/08/2025, razão da necessidade da deflagração de novo certame para atendimento da demanda no exercício em curso.

2.7 A contratação de passagens aéreas e rodoviárias tem como objetivo garantir o deslocamento eficiente, seguro e dentro dos prazos estabelecidos para a participação do Executivo e servidores em atividades de interesse institucional. Os benefícios da contratação:

1. **Cumprimento da agenda institucional**, por meio da participação efetiva em eventos, reuniões, capacitações, missões técnicas ou outras atividades previamente programadas;
2. **Representação adequada da instituição**, assegurando a presença de seus representantes em espaços estratégicos para o fortalecimento institucional e tomada de decisões;



3. **Aperfeiçoamento profissional**, nos casos de participação em cursos, seminários ou treinamentos, contribuindo para o desenvolvimento das competências dos servidores e melhoria dos serviços prestados;
4. **Fortalecimento de parcerias institucionais**, por meio do contato direto com outras entidades públicas ou privadas, ampliando o intercâmbio de informações e boas práticas;
5. **Eficiência na gestão dos recursos públicos**, mediante a escolha do meio de transporte mais adequado, considerando custo-benefício, tempo de deslocamento e disponibilidade;
6. **Melhoria na execução das políticas públicas**, ao permitir que os servidores atuem presencialmente na implementação, monitoramento ou avaliação de projetos e ações em diferentes localidades.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Sec. Munic. Geral de Administração Planejamento Orçamento Projetos Infraestrutura Serviços Indústria Emprego Comércio	Ediney Márcio Assumpção Quadros

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Os serviços de companhias/agenciamento de passagens aéreas e rodoviárias se enquadram na categoria de serviços comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme estabelecido no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

4.2. De acordo com o art. 9º da Instrução Normativa nº 58/2022 os Estudos Preliminares devem conter os requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho.

4.3. A CONTRATADA deverá operar com todas as companhias aéreas e rodoviária que atuam regularmente nos mercados regional e nacional.

4.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar atendimento por celular, 24h por dia, 7 (sete) dias por semana para fornecimento de informações e atendimento a solicitações de caráter emergencial.

4.5. A CONTRATADA deverá dispor de canais que possam atender a Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-RO aos fins de semana, após horário comercial e em feriados, sejam nacionais, estaduais ou municipais.

4.6. A CONTRATADA deverá atender, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, todas as solicitações de reservas e emissões que forem aprovadas pela CONTRATANTE.

4.7. O preço das passagens aéreas e rodoviária, a serem cobrados pela contratada, deverão estar de acordo com as tabelas praticadas pelas respectivas companhias, inclusive em casos de tarifas promocionais, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais reguladores.

4.8. A CONTRATADA deverá efetuar a reserva das passagens aéreas ao menor preço e em classe econômica, sem prejuízo do estabelecido na Instrução Normativa nº 03, de 11 de fevereiro de 2015 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação/ Ministério da Economia, considerando-se o horário e o período da participação do passageiro na programação de viagem, a pontualidade, o tempo de traslado e a otimização do trabalho.



4.9. A CONTRATADA deverá assegurar à CONTRATANTE o menor preço em vigor praticado por qualquer das companhias do setor sempre que se verificar condição, mesmo em caráter promocional, repassando a esta todos os descontos e vantagens oferecidas que lhe possam resultar em vantagem econômica;

4.10. A CONTRATADA deve disponibilizar solução online, mediante login e senha, com acessos pré-estabelecidos, além de ambiente com todas as companhias aéreas para auxiliar na cotação, reserva e solicitação de compra de passagens, de forma que tal sistema seja ajustado de acordo com as especificidades da CONTRATANTE, em diapasão com os serviços previstos nesse instrumento.

4.11. Cabe também a CONTRATADA oferecer treinamento, material didático e suporte aos servidores responsáveis pelo manuseio do sistema no âmbito da CONTRATANTE.

4.12. A CONTRATADA se responsabiliza pela manutenção e suporte à solução online durante todo o contrato.

4.13. O sistema deverá gerar relatórios de passagens requisitadas, efetivamente compradas, não utilizadas, remarcações, dentre outras informações previstas neste instrumento.

4.14. Efetuar reservas, marcação, remarcação, cancelamentos, reembolsos e créditos de passagens aéreas para a contratante, utilizando, prioritariamente, as tarifas mais econômicas;

Do critério de julgamento

4.15. O critério de julgamento adotado será o menor preço por taxa de agenciamento por serviço de passagem.

4.16. Os licitantes terão a opção de isentar esta Prefeitura de Candeias do Jamari-RO da cobrança de Taxas de Transação/Agenciamento (conhecido como "taxa zero") e até mesmo ofertar desconto sobre o volume de aquisições ("taxa negativa"). A admissibilidade de propostas nestas condições dependerá de justificativas que explicitem sua viabilidade econômica, detalhando as fontes (quem) e a forma (como/quanto) de remuneração alternativa do futuro contratado, que atuará na intermediação junto ao mercado de transportes aéreo.

Critérios de sustentabilidade

4.17. Não haverá impacto ambiental decorrente dessa contratação.

Documentação/comprovação exigida na qualificação técnica:

4.18. Para qualificação técnica, o licitante deverá comprovar aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto, por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, na forma a ser determinada no Termo de Referência.

4.19. O conteúdo dos atestados de capacidade técnica deve ser suficiente para garantir à Administração que o contratado terá aptidão para executar o objeto pretendido.

4.20. Será necessário apresentar Certificado de Registro concedido pelo Ministério do Turismo-CADASTUR, conforme previsto no art. 22, da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e no art. 18 do Decreto nº 7.381/2010.

Garantia da contratação

4.21. Não haverá exigência da garantia da contratação arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21 tendo em vista que não trata-se de serviços com emprego de mão de obra, tampouco exclusiva ou serviços continuados em que a exigência poderá apenas onerar a Administração.

Habilitação



4.22. No momento da habilitação, a licitante deverá apresentar declaração firmada por seu representante legal, sob as penas da lei, de que possui condições operacionais necessárias à emissão dos bilhetes de passagens, em conformidade com as políticas comerciais e financeiras das principais companhias aéreas (Art. 8º) da Instrução Normativa n. 3, de 11 de fevereiro de 2015, da SLTI/MPOG (IN 3/2015).

5. Levantamento de Mercado

5.1. Conforme: "artigo 18, §1º, V da lei 14.133/2021

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;"

5.2. O levantamento de mercado consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções. A pesquisa de mercado foi realizada com empresas especializadas na área com contratações semelhantes consultados no portal "Licitanet", com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração.

5.3. Após a verificação dos serviços demandando e dos requisitos da contratação foram levantadas soluções para a contratação do objeto as seguintes possibilidades: (Lei 14.133/2021, Art. 18, § 1º, V)

5.3.1. Aquisição de bilhetes aéreos e rodoviário diretamente das empresas prestadoras de serviços de transportes aéreos e rodoviária;(SOLUÇÃO 1)

5.3.1.1. Esta solução demanda análise de cada viagem a adquirir, inclusive em relação a pesquisa de tarifas, marcação de lugares e compra de serviços auxiliares. São necessários, ainda, serviços de reserva, marcação, remarcação, emissão e cancelamento de bilhetes para trechos nacionais. A Prefeitura Municipal não dispõe de quantitativo de servidores suficiente para realizar as atividades acima descritas.

5.3.2. Aquisição de bilhetes aéreos e rodoviário através de agência prestadora de serviço. (SOLUÇÃO 2)

5.3.2.1. O serviço de agenciamento possibilita um melhor gerenciamento das atividades envolvidas na aquisição de bilhetes aéreos, descritas no item anterior (5.3.1.1), além disso, desonera o conselho da realização desses trâmites, nos quais não possui expertise, de modo a agilizar o fluxo de trabalho.

5.3.3 Contratação por meio de adesão a Ata de Registro de Preços. (SOLUÇÃO 3)

5.3.3.1 Este tipo é conhecida como "Carona" e para que se possa utilizar essa ferramenta, o órgão interessado deverá encaminhar ofício (termo de adesão) para o Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preço, contendo a indicação do seu interesse e a quantidade estimada de aquisição. Por sua vez, o órgão gerenciador verificará na ata se existe quantidade necessária disponível, bem como se já não ultrapassou o limite permitido. Caso não tenha ultrapassado, o Órgão Gerenciador entrará em contato com o fornecedor detentor do melhor preço registrado e verificará se tem interesse de fornecer também para outro órgão, os produtos indicados pelos preços, marcas e qualidades registradas na ARP. A Lei 14.133/21 trata da adesão em ARP no artigo 86, em moldes semelhantes ao que já era estabelecido pelos Decretos federais nº 11462 de Março de 2023 (artigo 31).

Solução escolhida:



5.4. Após estudos, verificou-se que a melhor opção é a contratação de agência prestadora de serviço (SOLUÇÃO 2).

Justificativa da escolha:

5.5. A opção por contratar agência de viagens se justifica pela celeridade e eficiência na aquisição de cada bilhete aéreo, o sistema unificado com opção de reserva, cotação eletrônica e emissão de todas as companhias aéreas e rodoviária que operam em território nacional, facilita a busca e comparação de preços de forma mais rápida do que pesquisas de forma separada em cada companhia aérea e rodoviária. Diante das opções acima, a escolha da opção pelo agenciamento é a melhor opção para a Administração Pública Municipal.

5.6. A escolha pelo transporte aéreo e rodoviário é justificada, ainda, visando os ganhos relacionados ao tempo despendido, à segurança do passageiro e ao custo-benefício resultante desta modalidade de deslocamento, além disso, A Prefeitura Municipal e os órgãos não possuem maneiras de contratar diretamente com companhias aéreas e rodoviária, assim o serviço de agenciamento se torna necessário para o levantamento de mercado de emissão das passagens, buscando preços vantajosos e a celeridade nas emissões, alterações e cancelamentos.



6. Descrição da solução como um todo

6.1. Após realização do Estudo conclui-se que a solução que melhor atende aos interesses da Administração Publica é a Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviço de agenciamento com fornecimento de passagens aéreas e rodoviária nacionais. A contratação compreende os serviços de reserva, assessoramento, marcação, remarcação, emissão e cancelamento de bilhetes para trechos nacionais com franquia de bagagem , por meio da menor taxa percentual sobre o valor final de bilhete emitido, Que serão requisitadas conforme a demanda, nas diversas unidades da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-RO.

6.2. O serviço do item em tela em observância disposto na Lei 14.133/2021, Art. 82, inciso 5º, e art. 40, II, se dará através de Sistema de Registro de Preço decorrente do Pregão Eletrônico (SRP), com validade de 12 meses, que poderá ser prorrogado por igual período disposto na lei 14.133/21, art. 84:

Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.3. O Sistema de Registro de Preço originário de Pregão Eletrônico, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo o fato da existência de facultatividade na contratação dos serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis. Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados, levando em consideração o desgaste natural. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa da demanda desse Estudo Técnico foram levantadas através do exame detido das respostas das Secretarias/Departamento/órgãos/ da Prefeitura Municipal ao Memorando nº10/SEMG/2025(ID:1A68D18),contento as quantidades da necessidade para o fornecimento de agenciamento de passagem aérea, cujas quantidades segue adiante:

7.2. Segue abaixo tabela com estimativas levantadas:

ITEM	Objeto/Descrição	UND	Quantidade de Agenciamento Bilhetes (Ida ou Volta)
01	Passagens Aéreas, incluindo os serviços de: reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais.	% menor porcentagem de agenciamento sobre o valor total da passagem	193
	Passagens Rodoviária, incluindo os serviços de: reserva, emissão, marcação, remarcação e	% menor porcentagem de	



02	cancelamento de bilhetes de passagens nacionais.	agenciamento sobre o valor total da passagem	279
----	--	--	-----

A estimativa das quantidades por Secretarias e departamento a serem adquiridas está discriminada no ANEXO deste ETP

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. O valor estimado dos serviços de agenciamento por meio da menor taxa percentual sobre o valor final de bilhete emitido, foi analisado com base na mediana dos preços praticados em contratações semelhantes consultados no portal de compras (Licitanet e banco de preço), na ferramenta “Pesquisa de Preços”, conforme IN SEGES 65/2021 e art. 23 da lei 14.133/21 conforme demonstrado abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL (BILHETES)	VALOR TOTAL (R\$) (TAXA)
01	Passagens Aéreas, incluindo os serviços de: reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais. Por período de 12 meses, Ida e Volta	% menor porcentagem de agenciamento sobre o valor total da passagem.	193	3,67%
02	Passagens Rodoviárias, incluindo os serviços de: reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens nacionais. Por período de 12 meses, ida e volta	% menor porcentagem de agenciamento sobre o valor total da passagem	279	3,49%

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. As aquisições das passagens são realizadas conformem surgem às demandas, sendo, portanto, adquiridas de forma parcelada durante o ano.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não se aplica.



11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação não encontra-se prevista no Plano Anual de Contratações em razão do Município não possuir constituído o referido plano, uma vez que, estar iniciando a aplicação da nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021) de maneira gradativa.

12. Resultados Pretendidos

12.1. Pretende-se com a licitação, realizar a aquisição de serviço de passagens aéreas para o Gestor executivo e Servidores da Prefeitura do Município do Candeias do Jamari-Ro. Busca-se na economicidade com a melhor relação custo benefício para a execução dos serviços e atendimento a todas as necessidades do Município. Ao realizar um levantamento de mercado e selecionar fornecedores competitivos, é possível obter preços mais acessíveis. Ao obter preços competitivos, o município otimiza seus gastos, direcionando os recursos financeiros de forma eficiente, assim garantindo maior economia e eficiência.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para o início da prestação do serviço não foi identificado nenhuma providência a ser adotada, além da emissão da portaria de fiscalização.

13.2. Quanto à fiscalização e gestão do contrato, observar a necessidade de atualização das capacitações dos servidores envolvidos quando houver novas legislações /orientações normativas.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A presente contratação não gera Impactos ambientais diretos. A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que haverá previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto nos art. nº 5º e 11 da Lei 14.133/2021.

14.2. A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 Considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL. Considerando ainda que o fornecimento de passagens aéreas e rodoviária tem por finalidade garantir ao órgãos da Prefeitura Municipal o cumprimento de agendas e de serviços essenciais ao cumprimento da missão Administrativa.



16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA

Equipe de apoio

EDINEY MARCIO ASSUMPCAO QUADROS

Autoridade competente



Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - RELAÇÃO DE ITENS POR SECRETARIA-SRP.pdf (9.29 KB)



RELAÇÃO DE ITENS POR SECRETARIA											
Item	Objeto/Descrição	UNINA DE	SEMED	SEMPIN	GABINETE	SEMASFT	SEMUSA	SML	SEMG	SEMUC	
			Quant.	Quant.	Quant.	Quant.	Quant.	Quant.	Quant.	Quant.	TOTAL
1	Passagens Aéreas, incluindo os serviços de: reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens aéreas nacionais. Por período de 12 meses, Ida e Volta.	SERV.	42	24	50	10	36	5	24	2	193
2	Passagens Rodoviárias, incluindo os serviços de: reserva, emissão, marcação, remarcação e cancelamento de bilhetes de passagens nacionais. Por período de 12 meses, Ida e Volta	SERV.	120	48	20	10	24	5	48	4	279





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **EDINEY MARCIO ASSUMPÇÃO QUADROS**,
CPF: 692.79*. **2-*0 em **08/07/2025 11:30:36**, Cód. Autenticidade da Assinatura:
11W4.4E30.836A.E556.2641, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de
2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA**,
CPF: 889.04*. **2-*4 em **08/07/2025 09:35:49**, Cód. Autenticidade da Assinatura:
0931.3W35.3498.342Z.4285, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de
2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.C6C.A5F** - Tipo de Documento: **RETIFICAÇÃO**.

Elaborado por **IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA**, CPF: 889.04*. **2-*4 , em **08/07/2025 - 09:35:49**

Código de Autenticidade deste Documento: 09K1.6235.849V.V56Z.4240

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



Matriz de Gerenciamento de Riscos

1. Informações Básicas

Número da Matriz de Alocação de Riscos

60/2025

Responsável pela Edição

IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA

Data de Criação

16/05/2025 16:05

Objeto da Matriz de Riscos

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS E RODOVIÁRIA

2. Histórico de Revisões

Nenhuma Revisão encontrada.

3. Riscos Identificados

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
--------	-------	----------------	------	--------------	------------------------	---------

R-01	Contratação inadequada	Contratação não atender às necessidades	Planejamento	Administração	Médio
	Impactos				
1	Falhas na emissão de bilhetes, atrasos ou indisponibilidade de passagens comprometem o cumprimento de agendas institucionais e Dificuldade de atendimento em períodos de alta demanda (ex.: eventos oficiais, emergências ou deslocamentos urgentes).				
	Ações Preventivas				
P-01	Realizar estudo de mercado e contratações similares de outros Órgãos Públicos			Responsável: IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA	
	Ações de Contingência				
C-01	Rescindir com a empresa que não atendeu a demanda dos serviços e contratar de forma emergencial nova empresa enquanto se elabora novo processo de contratação.			Responsáveis: EDINEY MARCIO ASSUMPCAO QUADROS, IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
--------	-------	----------------	------	--------------	------------------------	---------

R-02	Sobre preço ou inexecução	Preço maior do que o praticado usualmente pelas empresas na região	Planejamento	Administração	Baixo
	Impactos				
1	Superfaturamento de preços				
	Ações Preventivas				
P-01	Pesquisar preços praticados pelas empresas junto à Administração, nas mesmas condições solicitadas pelo Termo de Referência.			Responsável: IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA	
	Ações de Contingência				
C-01	Refazer e ampliar a pesquisa de mercado			Responsável: IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
--------	-------	----------------	------	--------------	------------------------	---------

R-03	Atraso na contratação	Demora na contratação da empresa vencedora	Seleção do Fornecedor	Administração	Médio
	Impactos				
1	Atraso e comprometimento das pesquisas do processo.				
	Ações Preventivas				
P-01	Seguir um passo a passo pré-definido para dar mais agilidade ao processo			Responsável: EDINEY MARCIO ASSUMPCAO QUADROS	
	Ações de Contingência				
C-01	Refazer o planejamento da Aquisição			Responsável: EDINEY MARCIO ASSUMPCAO QUADROS	

Número	Risco	Causa do Risco	Fase	Alocado para	Nível do Risco (I x P)	Nº Item
--------	-------	----------------	------	--------------	------------------------	---------

R-04	Licitação Fracassada	Impossibilidade da contratação, haja vista a inexistência de proposta que se mostre apta à satisfação do objeto	Seleção do Fornecedor	Administração	Baixo	
	Impactos					
1	Desabastecimento do insumo solicitado.					
	Ações Preventivas					
P-01	Realizar pesquisa de preços com análise crítica.			Responsável: IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA		
P-02	Adotar especificações técnicas que viabilizem a ampla competitividade na licitação.			Responsável: EDINEY MARCIO ASSUMPCAO		

Ações de Contingência		
C-01	Realizar novo procedimento licitatório.	Responsável: EDINEY MARCIO ASSUMPCAO QUADROS

Impactos	
1	impossibilidade de deslocamento de servidores, autoridades ou representantes para reuniões, eventos, cursos, fiscalizações e audiências oficiais e atrasos no cumprimento de compromissos administrativos e obrigações legais.



PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **EDINEY MARCIO ASSUMPÇÃO QUADROS**,
CPF: 692.79*. **2-*0 em **08/07/2025 11:30:36**, Cód. Autenticidade da Assinatura:
11V5.1830.836E.3034.4381, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA**,
CPF: 889.04*. **2-*4 em **08/07/2025 09:37:54**, Cód. Autenticidade da Assinatura:
0920.8E37.854V.R07X.1671, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.C6C.BDD** - Tipo de Documento: **RETIFICAÇÃO**.

Elaborado por **IRISNEIDE DA SILVA CARDOSO LIMA**, **CPF: 889.04*. **2-*4**, em **08/07/2025 - 09:37:54**

Código de Autenticidade deste Documento: 0910.8U37.8546.V34A.8307

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





ESTADO DE RONDÔNIA - RO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI - PMCJ
Superintendência Municipal de Licitação - SML



ANEXO – V
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

À Prefeitura Municipal de Candéias do Jamari-PMCJ/RO
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 028/2025
PROCESSO Nº 1618/2025

LICITANTE:

CNPJ:

TEL./ FAX:/ E-MAIL:/ ENDEREÇO:

C. CORRENTE:/ AG/ BANCO:

Prazo de Validade da Proposta: ____ (____) dias (mínimo 60 dias)

Prazo de garantia do objeto:

Prazo de entrega:

Item	Descrição do Objeto	Quant.	Unid	Gódkigo	Marca/ Modelo	V. Unít.	V. Total
01							
02							
03							
04							
05							
06							
07							
08							
09							
Total geral							

Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital de Pregão Eletrônica nº 028/2025, e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para o objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candéias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA - RO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI - PMCJ
Superintendência Municipal de Licitação - SML



Outras informações:

- **DECLARAMOS** que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no **Termo de Referência**.
- **DECLARAMOS** que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, _____ de _____ de 2025.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candéias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ANEXO – VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 028/2025
PROCESSO Nº 1618/2025

LICITANTE:
CNPJ:

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____,
localizada na rua _____ - Nº _____ - Bairro _____ - Cidade de _____
- Estado de _____ - CEP: _____, **DECLARA** que os documentos apresentados para o
certame denominado **Pregão Eletrônica Nº 028/2025**, são autênticos.

Local, ____ de _____ de 2025.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE





ANEXO – VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 028/2025
PROCESSO Nº 1618/2025

LICITANTE:
CNPJ:

DECLARO, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **Pregão Eletrônica Nº 028/2025**, instaurado pelo **Processo Administrativo nº 1618/2025**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades das Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, ____ de _____ de 2025.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE





ANEXO – VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 028/2025
PROCESSO Nº 1618/2025

LICITANTE:
CNPJ:

DECLARAMOS, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local, ____ de ____ de 2025.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE





ANEXO - IV
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI – PMCJ/RO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SML

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º XXX/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1618/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 028/2025

Aos **XX** dias do mês de **XXXX** do ano de **XXXX (XXXXXXXXXX)**, a **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO**, inscrito no CNPJ sob o nº. **63.761.902/0001-60**, com sede na **Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Cidade de Candeias do Jamari - Rondônia – CEP: 76860-000**, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal xxxx de xxx de Dezembro de 2023, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº. 028/2025**, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observada as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 O objeto da presente ata é o Registro de Preço para **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pertencente à Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, por um período de **12 (doze) meses**.

1.1.1 Dados Detentor/ Representante

DETENTOR:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL/FAX:

E-MAIL:

NOME DO REPRESENTANTE:

CPF:

RG:

DETENTORA DO ITEM (S):

1.1.2 Planilha com Itens/ Valores da(s) Empresa(s) Detentora(s)

Item	Discriminação	Quant.	Unid.	V. Unit.	V.Total

CLÁUSULA II – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

2.1 O órgão gerenciador será a Gerência do Sistema de Registro de Preço, da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari - RO.

2.3 Caberá à **Gerência do Sistema de Registro de Preço – GSRP** a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme **art. XX, § Xº, do Decreto municipal XXXX/23**.

2.3 No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no **art. XX e XX do Decreto municipal XXXX/23**.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





2.4 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

- a) Secretaria Municipal de
- b) Secretaria Municipal de
- c) Secretaria Municipal de

CLÁUSULA III – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços.

CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1 O prazo de vigência desta **Ata de Registro de Preço** será de **12 (doze) meses** contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, podendo ser prorrogada por igual período.

4.1.1 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

4.1.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

a) O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

4.3 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.3.1 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

4.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA V – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

Avenida Tancredo Neves – N.º 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





VI - não aceitar o preço revisado pela Administração.

5.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

5.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa

CLÁUSULA VI – DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.

6.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

6.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado é praticado no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

6.4 A impugnação deverá ser endereçada ao **Gerente de Registro de Preços**, preferencialmente via e-mail: **cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br** (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), ou ainda, protocolado o original junto a **Prefeitura Municipal de Candéias do Jamari**, no horário das **07h30min** às **13h30min** de segunda a sexta-feira, situada na **Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Cidade de Candéias do Jamari - Rondônia – CEP: 76860-000**.

6.5 Ao receber a impugnação, o Gerente de Registro de Preço instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

6.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

6.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da **Ata de Registro de Preços** e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.

6.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

6.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candéias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





convocatório.

CLÁUSULA VII – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

7.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

7.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

7.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

7.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feita negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

7.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

7.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

7.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

7.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

7.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candéias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

7.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA VIII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

8.1 As aquisições do objeto da presente **Ata de Registro de Preços** serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula XIII Da Dotação Orçamentária no Contrato.

8.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.

8.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA IX – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa à inexecução total do contrato;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- d) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- e) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

9.3 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - **Multa**:

- a) moratória de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- b) compensatória de **30% (trinta por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **e**, **f**, **g** e **h** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de





2021)

9.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.5.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.7 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA X – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será comunicado via e-mail, da publicação da Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.





10.2 A ata será disponibilizada no sistema de registro de preços. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.3 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado na AROM e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.5 Na hipótese de liberação do detentor ou cancelamento da proposta deste para o item da ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA XI – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1 Conforme **artigos XX, § Xº** e seus incisos do **Decreto municipal XXX/23**, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.

11.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

11.3 O registro a que se refere o **item 9.2** deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no **§ Xº** do caput, nos **incisos XX, XX e XX** do **art. XX**, no **inciso XXX do art. XX**, e no **art. XX**, do **Decreto municipal XXXX/23**;

11.4 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o **item 9.2**, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

11.5 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 9.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

CLÁUSULA XII - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Edital de Licitação** e em seus anexos como **Termo de Referência** e **Minuta de contrato**.

CLÁUSULA XIII - DAS INFORMAÇÕES GERAIS

13.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelo email: **cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br**, **Superintendência Municipal de Licitação – SML** situada no **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO**, na **Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Cidade de Candeias do Jamari - Rondônia – CEP: 76860-000**, de segunda à sexta-feira das **07h30min às 13h30min**.

CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Integram esta Ata o **Edital de Pregão Eletrônico Nº. 028/2025** a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 1618/2025**. A eficácia da validade da presente **Ata de Registro de Preços** dar-se-á pela **HOMOLOGAÇÃO** do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 028/2025**, pelo Autoridade competente.





ÓRGÃO GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-PMCJ/RO
SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

NOME:

CPF:

MATRICULA:

AUTORIDADE COMPETENTE:

NOME:

CPF:

MATRICULA:

EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

DETENTOR:

CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE:

CPF:





ANEXO – IX
MINUTA DA ATA DE CADASTRO RESERVA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOSATA DE CADASTRO DE RESERVA Nº 000/2025

Aos **XX** dias do mês de **XXXX** do ano de **XXXX (XXXXXXXXXX)**, a **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO**, inscrito no CNPJ sob o nº. **63.761.902/0001-60**, com sede na **Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Cidade de Candeias do Jamari - Rondônia – CEP: 76860-000**, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal xxxx de xxx de Dezembro de 2023, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas e a empresa listada abaixo, **CLASSIFICADAS** em 1º, 2º e 3º lugar no(s) itens(s) xxxx do **Pregão Eletrônico nº 028/2025**, resolvem registrar os preços para **FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**, para eventual fornecimento futuro do objetodescrito no **Anexo I - (Termo de Referência)** do **Edital** do referido **Pregão**, com vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, sujeitando-se as partes às determinações legais, bem como à legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 O objeto da presente ata é o Registro de Preço para o fornecimento, nas condições estabelecidas no edital. **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, para atender as Secretaria Municipal, pertencente à **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari**, por um período de **12 (doze) meses**.

1.1.1 Dados Detentor/ Representante

DETENTOR:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL/FAX:

E-MAIL:

NOME DO REPRESENTANTE:

CPF:

RG:

DETENTORA DO ITEM (S):

1.1.2 Planilha com Itens/ Valores da(s) Empresa(s) Registrada(s)

Item ARP	Classificação	Quant.	Unid.	Ordem Cad. Reserva	Marca/ Modelo	V. Unit.	Empresa Detentora
1				1			
				2			
				3			
2				1			
				2			
				3			

Os quantitativos, bem como as condições de fornecimento obedecerão às regras constantes do referido Edital e seus anexos, sendo que a existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari - RO** a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





de igual teor, forma edata.

ÓRGÃO GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-PMCJ/RO
SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

NOME:

CPF:

MATRICULA:

AUTORIDADE COMPETENTE:

NOME:

CPF:

MATRICULA:

EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

DETENTOR:

CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE:

CPF:





Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **RAQUEL FRANCA GIL DA SILVA**, CPF: 005.57*. **2-*6 em **12/08/2025 15:16:34**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **15A3.4K16.8342.2257.2786**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **1.D97.9F8** - Tipo de Documento: **EDITAL**.

Elaborado por **KARINA CASTILHO FERREIRA**, CPF: 015.74*. **2-*5, em **12/08/2025 - 15:15:38**

Código de Autenticidade deste Documento: 15K0.5915.238R.643Z.1503

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>

